

**LEI MUNICIPAL Nº 1.857, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.**

*“Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar doação de terreno público que menciona, e dá outras providências”.*

**O Prefeito Municipal de Ourém, Estado do Pará, usando de suas atribuições conferidas pela legislação em vigor, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.**

**Art. 1º** - Conforme permite o artigo 37, inciso X da Lei Orgânica do Município, fica o Poder Executivo Municipal, mediante as condições estipuladas nessa Lei, autorizado a efetivar a doação à MARINETE SOUSA OLIVEIRA, portadora de RG nº76.304.797-0/SSP-MA e CPF nº017.273.333-22, de uma área de terras abaixo descrita, com a finalidade de edificação para habitação ou empreendimento comercial.

Proprietário: Município de Ourém;

Local: Rua Felipe Nery s/nº, bairro Novo Porão

Descrição: Área regular medindo 8,00m(oito metros) de frente, por 15,00m(quinze metros) pelas laterais, confinando pelo lado direito com Jessica de Jesus Silva Rocha, pelo lado esquerdo com Maria Raimunda Ribeiro da Silva, e pelos fundos com Maria José da Paixão Silva, área total de 120,00m<sup>2</sup> (Cento e vinte metros quadrados).

Parágrafo Único – As características, confrontações e avaliação do bem público imóvel, de que trata o caput deste artigo encontram-se no memorial descritivo e croqui que fazem parte integrante desta Lei.

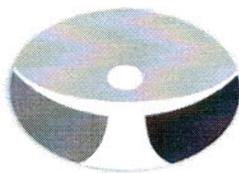
**Art. 2º** - A donatária tem o prazo máximo de 2 (dois) anos para regularizar a posse do imóvel, sob pena de revogação da doação, independentemente de indenização pelas benfeitorias realizadas no terreno objeto desta doação.

Parágrafo Único – A inobservância do disposto no art. 2º implicará na imediata reversão do bem doado para o patrimônio Municipal com todas as benfeitorias nele realizadas sem qualquer ônus para o Erário Público

**Art. 3º** - Ressalvados os casos em que o imóvel sirva como garantia para financiamento da obra a que se refere o artigo 1º, fica a doação onerada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade do imóvel pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do término da construção.

**Art. 4º** - A doação prevista nesta Lei se efetivará por termo de doação.

**Art. 5º** - Fica desafetada a área a ser doada de sua destinação pública específica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**OURÉM**  
*Acolhendo a todos*



**Art. 6º** - As despesas decorrentes de recolhimento de impostos sobre a doação, bem como, o seu conseqüente registro junto ao cartório de registro de imóveis desta comarca, correrão integralmente por conta da outorgada donatária.

**Art. 7º** - Fica autorizado o Executivo Municipal, após processada a doação, realizar todo o registro contábil e patrimonial necessário ao cumprimento da presente lei.

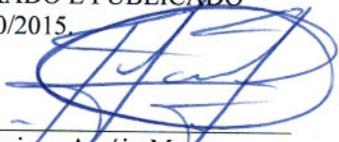
**Art. 8º** - Revogadas as disposições em contrário, essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 27 de Outubro de 2015.



Valdemiro Fernandes Coelho Junior  
***Prefeito Municipal de Ourém***

REGISTRADO E PUBLICADO  
EM, 27/10/2015.



Mario Henrique Araújo Marós  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.